

DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO: O PARADIGMA CULTURAL COMO ALTERNATIVA

DEBATES ON DEVELOPMENT: THE CULTURAL PARADIGM AS AN ALTERNATIVE

Isabela Veloso Lopes Versiani¹
Anete Marília Pereira²
Paula Margarita Andrea Cares Bustamante³

Resumo: O campo do desenvolvimento tem sido marcado pela sobreposição do paradigma econômico, hegemônico, e incorporação da sustentabilidade ambiental, nas últimas décadas, como eixos do discurso. Embora a discussão cultural tenha estado presente de forma mais direta em alguns momentos, entender o contexto em que o paradigma cultural emerge e ressurgue nos debates sobre desenvolvimento e, mais recentemente, pós-desenvolvimento, evidencia uma questão relevante que, gradativamente, tem ganhado contornos tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto empírico, sobretudo nas “periferias” do mundo globalizado, como retrata a proposta do Bem Viver na América Latina. Assim, o presente ensaio, busca problematizar a emergência do paradigma cultural diante do domínio da dimensão econômica nas reflexões e ações em nome do desenvolvimento, compreendendo-o não como um modelo universal a ser imposto, mas como um conjunto de alternativas a serem construídas. Exemplificado a partir da perspectiva do Bem Viver como um conjunto de ideais que partiram dos países andinos, e que tem ganhado espaço e difusão, inclusive com afirmações e conquistas no plano político por meio de valorização da interculturalidade e de uma lógica sociobiocêntrica, conclui-se que apesar dos muitos desafios e dificuldades pela frente, o Bem Viver retrata, sob uma nova perspectiva ética e política nos debates sobre o desenvolvimento, que é possível a partir de bases vinculadas ao paradigma cultural fazer emergir novas possibilidades, novas centralidades, conceitos, práticas e sentidos na busca por um mundo mais justo, harmônico e sustentável.

Palavras-chave: Desenvolvimento, Cultura, Interculturalidade, Bem Viver.

¹ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/ Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Professora do Departamento de Educação Física e Desporto da mesma instituição. E-mail: isabelamoc@yahoo.com.br

² Professora Doutora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS e Pós-Graduação em Geografia PPGE/ Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. E-mail: anete.pereira@unimontes.br

³ Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/ Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES. Professora do Departamento de Ciências Econômicas da mesma instituição. E-mail: paulacares@yahoo.com.br

Abstract: The field of development has been marked by the overlapping of the economic paradigm, hegemonic, and incorporation of environmental sustainability, in the last decades, as axes of the discourse. Although the cultural discussion has been more directly presented in some moments, understanding the context in which the cultural paradigm emerges and resurges in the debates about development and, more recently, post-development, reveals a relevant question that has gradually gained contours both conceptually and empirically, especially in the "peripheries" of the globalized world, as portrayed by the proposal of Good Living in Latin America. Therefore, this article, of a theoretical nature, seeks to problematize the emergence of the cultural paradigm facing the domain of economic's dimension in reflections and actions in the name of development, understanding it not as an universal model to be imposed, but as a set of alternatives to be built. Exemplified from the perspective of Good Living as a set of ideals from the Andean countries, and which has gained space and diffusion, including political affirmations and achievements through the valorization of interculturality and sociobiocentric logic, it is concluded that despite the many challenges and difficulties ahead, Good Living portrays, under a new ethical and political perspective in the debates about development, that it is possible from the bases linked to the cultural paradigm to emerge new possibilities, new centralities, concepts, practices and senses in the search for a fairer, more harmonious and sustainable world.

Keywords: Development; Culture; Interculturality; Good Living.

INTRODUÇÃO

Da centralidade econômica à preocupação com a natureza, os debates em torno do desenvolvimento têm, ao longo de sua trajetória, enfatizado a dimensão econômica hegemônica e incorporado a sustentabilidade ambiental, nas últimas décadas, como eixos do discurso. Embora o paradigma social ou do desenvolvimento humano tenham estado presentes de diferentes formas nesse processo, a vinculação de modelos de desenvolvimento que priorizassem a dimensão cultural como novo paradigma não avançou de forma a se constituir, de fato, em outro caminho possível.

Diante da imposição de modelos neoliberais cada vez mais agressivos mundo afora e das promessas não cumpridas da globalização (STIGLITZ, 2002), entender o contexto em que o paradigma cultural emerge e ressurgue nos debates sobre desenvolvimento e, mais recentemente, pós-desenvolvimento, evidencia uma questão relevante que, gradativamente, tem ganhado contornos tanto do ponto de vista teórico-conceitual, quanto empírico, sobretudo nas "periferias" do mundo globalizado, como retrata a proposta do Bem Viver na América Latina.

Assim, o presente ensaio busca problematizar a emergência do paradigma cultural à sobreposição do economicismo nas reflexões e ações em nome do desenvolvimento, seja ele social, humano ou sustentável, compreendendo-o não como um modelo universal a ser imposto, mas como um conjunto de alternativas a serem construídas pelos principais agentes desse processo: o povo de cada lugar, com sua história, seus valores, suas tradições, ou seja, a cultura enraizada e pulsante que transforma aspectos da vida material e imaterial, da economia à relação com a natureza, da ética a uma nova consciência, da construção de capital social à luta política.

Estruturado em três partes, discute-se em um primeiro momento questões relacionadas diretamente ao desenvolvimento, desde a origem do termo às trajetórias de consolidação em meio a diversas adjetivações que a ele se associam; em um segundo momento, discute-se a emergência do paradigma cultural por intermédio dos discursos sobre o desenvolvimento e de seu potencial para formar novas bases éticas e políticas para o mesmo; por último, exemplificam-se algumas das questões discutidas a partir da proposta do Bem Viver na América Latina, entendendo-a como uma possível via de contra-hegemonia capitalista e economicista nas discussões e utopias que cercam os debates sobre desenvolvimento.

DO CRESCIMENTO ECONÔMICO AO DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL: ONDE FICA A QUESTÃO CULTURAL NOS DEBATES SOBRE DESENVOLVIMENTO?

Desenvolvimento enquanto um conceito do pensamento moderno e uma construção social têm sido objeto de apropriação, desejo e imposição, principalmente por meio de modelos econômicos ocidentais, que em seu nome, tem buscado efetivar o crescimento, a evolução, a transformação e o progresso em países que ainda não o alcançaram, sobretudo naqueles considerados “subdesenvolvidos”.

Se inicialmente a construção metafórica do desenvolvimento foi influenciada pelas teorias biológicas e potencialidades de aprimoramento genético, sua transferência para a esfera social, a partir dos últimos anos do Século XVIII, e política, em meados dos anos 1800, absorveu um “poder colonizante, súbito e violento”, convertendo a história a um programa que levaria a um “destino necessário e inevitável”, reproduzindo o modo

de produção industrial como o estágio final de um caminho unilinear para a evolução social (ESTEVA, 2000, p. 63).

Dessa época até os dias de hoje, a linearidade passa a ser a característica central dos processos de desenvolvimento no campo político-econômico, reafirmando o discurso de crescimento, evolução e maturação associado a suas origens. Para Esteva (2000, p.63), “a metáfora do desenvolvimento deu hegemonia global a uma genealogia da história puramente ocidental, roubando de povos com culturas diferentes a oportunidade de definir as formas de sua vida social”.

Dos discursos acerca do desenvolvimento desde então, é nítido observar a sobreposição do economicismo frente ao debate da diversidade cultural na definição do caminho a ser seguido por todos, imposição que se agravou após a Segunda Guerra Mundial com a incorporação da noção de “subdesenvolvimento” ao seu uso ideológico, em grande parte liderada pelos Estados Unidos, como forma de categorização dos países e de novos meios de dominação e exploração.

Observa-se que a história trilhada pelo desenvolvimento no Século XX será em grande medida reduzida ao crescimento econômico como um fim em si mesmo, do qual, naturalmente, também seriam obtidos ganhos sociais. Nos discursos efetivados em maior ou menor grau, a primazia do crescimento econômico tornou-se evidente e determinante, embora ocasionalmente pautas ligadas às questões sociais e culturais fossem timidamente introduzidas, porém sem gerar grandes efeitos em termos de recondução ou mudanças de ação no campo político-ideológico.

Sobretudo a partir da década de 1970, Esteva (2000) identifica uma série de críticas em direção à redução do desenvolvimento a definições, metas e indicadores econômicos, além do descompasso entre o crescimento econômico alcançado e seus desdobramentos no campo social, nem tão positivos quanto se almejava, reconhecendo-se a importância de uma interdependência entre essas duas esferas.

Assim, florescia no campo do debate, a necessidade de formular um novo paradigma que fosse capaz de realizar uma articulação integrada de todas as esferas da vida econômica e social, como a proposta da “Estratégia Internacional de Desenvolvimento” das Nações Unidas, em 1970; ou de “desenvolvimento do ser humano” como fim último de qualquer processo de crescimento, como na Declaração

de Cocoyoc, em 1975, com ênfase na necessidade de diversidade e da possibilidade de caminhos diferentes para o desenvolvimento (ESTEVA, 2000).

Desse movimento resultaram mais duas expressões importantes que incorporaram a dimensão cultural nas discussões sobre desenvolvimento. A primeira delas, influenciada por Johan Galtung, “para quem desenvolvimento deve ser necessariamente o desenvolvimento de um povo”, conclui que o ser humano deveria ter maior influência sobre o processo para se instituir um “desenvolvimento integrado”, entendido como “um processo total, multi-relacional, que inclui todos os aspectos da vida de uma coletividade, de suas relações com o resto do mundo e de sua própria consciência” (UNESCO, 1977 *apud* ESTEVA, 2000, p.70).

A outra expressão, também defendida por especialistas da UNESCO, seria a promoção do conceito de “desenvolvimento endógeno”, rejeitando “a necessidade, ou a possibilidade – e mais ainda a propriedade – de uma imitação mecânica das sociedades industriais. Em seu lugar, propunha que se levassem em consideração as especificidades de cada país”, reconhecendo-se, posteriormente, a impossibilidade de se impor um modelo cultural único no mundo inteiro (ESTEVA, 2000, p.71).

Apesar de presentes no campo teórico, nenhum desses modelos conseguiu se efetivar e, muito menos, produzir algum resultado de ruptura com o economicismo vigente. O que se viu nas décadas seguintes foi a construção, no contexto do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), de novos quantificadores econômicos para avaliar desenvolvimento como retratado pelos Relatórios de “Desenvolvimento Humano”, que em seu método faz uma “combinação de carência em termos dos índices de expectativa de vida, de alfabetização de adultos e do Produto Nacional Bruto (PNB) per capita” para sua composição (ESTEVA, 2000. p. 73), bem distante da concepção de desenvolvimento humano presente na década de 1970.

A crise dos anos 1980 levou a um processo de ajuste que, mesmo em nome do “desenvolvimento”, significou a perda de muitas conquistas e abriu espaço para um novo *ethos* desenvolvimentista no Norte, com as características de se desenvolver outra vez o que foi mal desenvolvido ou que já está obsoleto; e no Sul, sua inserção em planos transnacionais para atender às demandas do mercado mundial e “desfechar o ataque último e definitivo contra a resistência organizada ao desenvolvimento e à economia” (ESTEVA, 2000, p.72).

Além do curso histórico de alguns dos modelos de desenvolvimento propostos, evidenciam-se ainda alguns processos que influenciam diretamente os debates nesse campo nas últimas décadas como: a adoção da política econômica neoliberal como regra, os efeitos da globalização paralelos a esse encadeamento e os desdobramentos no campo das questões ambientais.

O neoliberalismo, compreendido como a teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido se atrelado às liberdades e capacidades empreendedoras individuais – baseadas na propriedade privada, nos livres mercados e livre comércio, em que o papel do Estado em relação a economia é mínimo – tem se colocado como o principal motor de “destruição criativa”, sobretudo de outros modos de vida e de pensamento, de atividades reprodutivas, de ligação à terra, entre outros, na medida em que estabelece como ética para guiar toda ação humana o domínio do mercado (HARVEY, 2008).

Do outro lado da “moeda”, apesar dos benefícios anunciados e do progresso econômico prometido – que em certa medida gerou ganhos pontuais para países do Leste Asiático que aderiram ao processo “em seus próprios termos, dentro de seu próprio ritmo” – os efeitos positivos da globalização em grande escala, ficaram restritos aos países ricos do Ocidente, subsidiado pelos países em desenvolvimento, pela destruição do meio ambiente, pelo enfraquecimento de processos políticos autônomos e pela imposição cultural (STIGLITZ, 2002, p.48).

Tais processos referendaram mais uma vez a autonomização da esfera econômica, sobrepondo-se a todas as outras e produzindo relações assimétricas de dominação e hegemonia entre os países e agentes do processo de desenvolvimento, por meio de instituições financeiras internacionais, na qual a dimensão econômica e a cultural colocam-se em pólos completamente antagônicos.

Em termos conceituais e políticos, o “re-desenvolvimento” adota hoje a forma de desenvolvimento sustentado, elaborado “explicitamente como uma estratégia para sustentar o ‘desenvolvimento’, não para dar apoio ao florescimento ou a manutenção de uma vida natural e social infinitamente variada” (ESTEVA, 2000, p.73), reproduzindo-se condições de dominação e exploração tanto da humanidade quanto do meio ambiente com novas roupagens.

Como desdobramentos dessa conjuntura, no campo das várias adjetivações dado à relação entre desenvolvimento e natureza como – ecodesenvolvimento, desenvolvimento sustentável, crescimento verde, economia verde, etnoconservação, entre outras – destaca-se a linha tênue que se estabelece entre o paradigma econômico dominante e a própria viabilidade de sustentabilidade, ou ainda, insustentabilidade ambiental por meio deste.

Próximo ao debate iniciado na década de 1970 e da necessidade de se pensar o desenvolvimento por meio de uma visão mais humana, integrada e endógena, o ecodesenvolvimento surgiu como um conceito que dialogava com esse movimento no campo ambiental. De acordo com Layrargues (1997), a partir do quadro de estratégias para o ecodesenvolvimento, pensado por Ignacy Sachs na década de 1980, tem-se como pilares desse modelo a eficiência econômica, a justiça social e a prudência ecológica, com destaque para a necessidade do amplo conhecimento das culturas e dos ecossistemas, sobretudo na forma como as pessoas do local se relacionam com o ambiente, seus dilemas e meios empregados, em oposição a soluções universalistas e fórmulas generalizadas; além de críticas à atuação do mercado e crença ilimitada nas modificações tecnológicas como saída para os problemas ambientais.

Porém, nas décadas seguintes, essa visão foi sendo massivamente substituída pela expressão do desenvolvimento sustentável, sob pressão de uma nova realidade ecológica e necessidade de uma nova postura, que teve origem na Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas, em 1983, o qual recomendava que a preocupação com o meio ambiente envolvesse uma maior cooperação entre todos os países na consecução de objetivos comuns em direção a uma sociedade mais sustentável, mas que tem se distanciamento desse ideal a partir de seu uso indiscriminado a serviço do mercado e defesa das novas tecnologias no projeto ecológico neoliberal (LAYRARGUES, 1997).

No cerne do debate atual, Abromovay (2012, p.126-127) esclarece que estão presentes duas lógicas antagônicas: a do mito do crescimento verde – pautada no poder da inovação tecnológica para dar conta de gerir um padrão de produção e consumo mais equilibrado do ponto de vista do balanço energético; e a da economia verde – vinculada a um projeto de ecologia política, no qual a saída para os desafios ambientais, mas também sociais e econômicos, pressupõe colocar a economia a serviço do aumento das

capacitações humanas, “onde os objetivos e o sentido da produção material se destinem ao atendimento das necessidades básicas e à ampliação das liberdades humanas, nos limites das possibilidades dos ecossistemas”.

Com relação aos modelos de conservação da natureza, Diegues (2000, p.1) destaca que as questões ambientais estão entre as mais críticas para a Humanidade nesse início de milênio, sendo diretamente influenciadas por uma concepção “ambientalista generalizada, tecnocrática e neoliberal”, na qual as soluções para os impasses se dariam pelas técnicas modernas e pelo mercado. Na contramão desse raciocínio, o mesmo autor chama a atenção para uma nova ciência da conservação que emerge, sobretudo nos países do Sul, como reação aos modelos transplantados do Norte nas estratégias de conservação e proposição de um ecologismo social e nova aliança entre homem e natureza, com destaque para a atuação das comunidades tradicionais e das possibilidades de diversidade, a chamada etnoconservação.

No mesmo sentido, Escobar (2005, p. 69), ao buscar compreender a categoria lugar em meio ao processo de globalização e suas relações com a natureza, enfatiza que seu enfraquecimento trouxe consequências profundas e homogeneizantes para o campo da cultura, do conhecimento, da natureza e da economia, sendo fundamental para qualquer saída alternativa, “levar em consideração os modelos de natureza baseados no lugar, assim como as práticas e racionalidades culturais, ecológicas e econômicas que as acompanham”.

Embora o debate referente à sustentabilidade ambiental mais recente resgate o papel do lugar e da cultura, sobretudo por meio da relação com comunidades tradicionais, seus valores e cuidados éticos na preservação ambiental – como outros caminhos possíveis de interação entre cultura, natureza, economia e sociedade – o que se verifica, em boa parte das discussões hegemônicas sobre desenvolvimento e meio ambiente, ainda é uma concepção de desenvolvimento sustentável que tem sido sistematicamente incorporada ao paradigma econômico, globalizado e neoliberal, vinculado às necessidades do mercado.

Para Esteva (2000, p. 73), “a construção social do desenvolvimento foi associada a um plano político: extrair da sociedade e da cultura uma esfera autônoma, a esfera econômica, e instalá-la como eixo da política e da ética”, inclusive nas questões relacionadas ao meio ambiente, conforme evidenciado na crítica de alguns autores.

O que o paradigma econômico fez com as questões ligadas ao desenvolvimento a partir dessa construção foi dar ênfase ao crescimento econômico e “submeter a seu controle e subordinar a sua lógica a todas as outras formas de interação social em todas as sociedades que invade”, exigindo a desvalorização de outras formas de vida social para estabelecer seus valores econômicos, fundamentados essencialmente no discurso da escassez e nas conotações de carência, restrição, necessidade, insuficiência, entre outras, com a premissa universal de que as necessidades humanas são imensas e os recursos limitados, daí a necessidade de escolhas na alocação dos meios e da solução por meio do mercado ou no plano governamental (ESTEVA, 2000, p. 74).

Mas será possível pensar um modelo de desenvolvimento / plano de governo que siga outro paradigma que não seja a sobreposição da lógica econômica capitalista centralizada no mercado, no consumo, na desigualdade, na exploração e destruição da natureza, para o seu direcionamento e efetivação? Diante da crise do desenvolvimento que se coloca hoje, há espaço para repensá-lo por meio da questão cultural?

Se for considerado, conforme evidenciado por Esteva (2000), que a premissa construída pelos economicistas da existência prévia de leis ou fatos econômicos universais é insustentável, principalmente quando confrontada às sociedades de culturas antigas e, mais recentemente, em algumas comunidades em diferentes partes do mundo, nas quais premissas não-econômicas regem a vidas das pessoas e se constituem como um desafio à teoria e prática econômica hegemônica; um vasto campo de possibilidades pode-se abrir. Diante da crise do desenvolvimento que se coloca, começa-se a se reconhecer ao menos duas respostas:

O ator principal da economia, o homem econômico, não consegue encontrar respostas adequadas para enfrentar a ‘crise’ do desenvolvimento, e frequentemente reage com tristeza, fadiga, até desespero. Constantemente, ele se ilude com o jogo econômico de trocar o presente pelo futuro, as esperanças por expectativas. Em contrapartida, o ator principal das novas comunidades, o homem comum, reduz ou evita a escassez com seus esforços imaginativos para enfrentar sua condição. Ele não busca nada mais que espaços livres ou um apoio limitado para suas iniciativas. Ele pode combiná-las em coalizões políticas que, a cada dia, tornam-se mais capazes de dar nova orientação às políticas públicas e a transformar estilos políticos. Com o apoio de experiências recentes, a nova consciência que surge das margens

pode despertar outros, ampliando essas coalizões até que uma inversão do domínio econômico torne-se viável (ESTEVA, 2000, p.79)

Amparado pela existência de outros modos de viver para além do domínio econômico e capitalista, a busca de respostas para os questionamentos acima está em construção, como um campo aberto de possibilidades e desafios, sobretudo de afirmação político-ideológica. Acreditar que não há outros caminhos para melhorar as condições de vida de grande parte da humanidade e da relação com a natureza é abdicar de construir um futuro melhor para todos. Nesse sentido, o paradigma cultural pode mostrar-se como uma alternativa ao que se encontra vigente até então.

PARADIGMA CULTURAL: POSSIBILIDADES DE TRANSFORMAÇÃO ÉTICA E POLÍTICA PARA O DESENVOLVIMENTO

“Por que a cultura é fundamental para o desenvolvimento”? Com essa pergunta, Kliksberg (2010) enfatiza que no debate sobre desenvolvimento, não se deveria dar atenção apenas aos termos econômicos duros, mas seria imprescindível conhecer os valores que movem as atitudes das pessoas. Baseando-se na definição da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO, o mesmo autor compreende a Cultura como aquela forma de viver juntos que “[...] molda o nosso pensamento, nossa imagem e nosso comportamento. A cultura engloba valores, percepções, imagens, formas de expressão e de comunicação e muitos outros aspectos que definem a identidade das pessoas e nações” (UNESCO, 1996 *apud* KLIKSBERG, 2010, p.302).

Também no esforço de aproximar os campos do desenvolvimento e da cultura, Sachs (2005, p.161) expõe que o termo polissêmico da cultura pode ser analisado sobre três facetas: a cultura enquanto atividade criadora, vinculada ao campo das artes eruditas, populares e das práticas lúdicas; a cultura no campo dos antropólogos, definida como complexo de conhecimentos, crenças, arte, moral, leis e costumes que se reflete nas práticas, técnicas, símbolos e valores a serem transmitidos e reproduzidos socialmente; e a relação cultura e natureza, ligada aos “conhecimentos acumulados pelas sociedades humanas sobre o meio ambiente em que vivem e do qual extraem seus

modos de vida, num relacionamento idealmente simbiótico entre a humanidade e a natureza”, mas que, na prática, muitas vezes tem se traduzido na apropriação predatória dos recursos naturais.

Para melhor compreensão dessa relação entre cultura e natureza, o mesmo autor ainda destaca que:

Cada geração reescreve a história universal colocando-lhe novas perguntas. Precisamos de uma história ecológica da humanidade, explorando, sistematicamente, a matriz *ecossistemas/culturas* de maneira a comparar a variedade das respostas dadas por diferentes culturas ao desafio constituído por ecossistemas similares e o grau de adaptabilidade de uma cultura a diferentes ecossistemas materializados na invenção de uma enorme variedade de formas de atendimento às suas necessidades básicas em matéria de alimentação, habitat, energia, vestuário etc. A compilação de uma tal matriz teria uma grande utilidade pedagógica e heurística na busca de caminhos para o desenvolvimento ambientalmente sustentável (SACHS, 2005, p. 161).

Assim, pensar a dimensão cultural nas questões do desenvolvimento liga-se justamente ao resgate da pluralidade e da diversidade de modos de viver alternativos, construídos não com base em leis econômicas universais pautadas pelo discurso da escassez ou de um capitalismo feroz centrado no consumo, mas por outros sentidos e significados de um conjunto de práticas de povos e comunidades, suas visões de mundo, seus valores, suas ações e formas de organização, relações com a natureza, que nem sempre vão nessa mesma direção.

No campo do discurso, viu-se que tal paradigma, de forma mais ou menos enfática, dependendo do contexto e abordagem, não é algo recente e que sua presença tem tangenciado debates sobre desenvolvimento, especialmente na década de 1970 e, mais recentemente, nas “periferias marginalizadas” que vivenciam diretamente em seu cotidiano as consequências e desdobramentos do modelo de desenvolvimento hegemônico, baseado no crescimento econômico, degradação ambiental e imposição cultural.

Mas como fazer emergir o paradigma cultural com força política capaz de influenciar e organizar outros meios de controle e poder? Para Kliksberg (2010), no

debate político e na ação pública no campo do desenvolvimento, o capital social produzido na sociedade por meio da cultura seria peça fundamental desse processo.

Enfatizando a vinculação entre capital social e cultura como dois campos fortemente relacionados entre si, Kliksberg (2010, p. 303) expõe que, principalmente na América Latina, o economicismo predominante nos anos de 1980 e 1990 “relegou a cultura de forma sistemática por meio de políticas que lhe retiravam recursos e a marginalizavam”, comprometendo uma concepção holística de desenvolvimento, sendo essencial para o debate reintegrar o aspecto cultural e produzir uma visão integrada com o desenvolvimento econômico, social e político.

Essa perspectiva ampla de desenvolvimento seria possível de se obter por meio de fatores extraeconômicos que também exercem grande peso nos países não só em termos de progresso econômico, tecnológico e de modelos de sustentabilidade, mas também de formação de laços comunitários e ação política, identificados por Putnan (1993) e Coleman (1988) como capital social, que em seus componentes enfatiza relações de confiança, capacidade de associatividade, cooperação e, principalmente, de consciência cívica/ civismo e formação de valores éticos (KLIKSBERG, 2010).

Com destaque para esses dois últimos no campo de atuação política, a relação entre cultura e capital social torna-se fundamental, uma vez que a participação cívica é entendida como a forma através das quais as pessoas agem perante tudo aquilo que é de interesse coletivo, participam e se engajam nos debates públicos, com reflexos diretos no nível de consciência coletiva em uma sociedade; além disso, a dimensão da cultura também envolve valores éticos predominantes que exercem forte influência sobre o que ocorre em uma sociedade (KLIKSBERG, 2010).

Assim, capital social compreendido como estrutura do coletivo fortalece sua relação com a participação cívica e a transformação pela política, uma vez que entender como as ações e escolhas são construídas e incorporadas pelo coletivo; e compreender que valores compartilhados determinam comportamentos e responsabilidades comunitárias são primordiais para processos de mudança.

Sem polemizar sobre o que causa o que, se é a cultura ou a estrutura, Putnan (2006, p.190) destaca o “nexo causal entre as normas e atitudes culturais e as estruturas sociais e os padrões de comportamento que configuram a comunidade cívica”,

concluindo que “a maioria dos estudiosos isentos reconhece que as atitudes e as práticas constituem um equilíbrio de mútuo reforço”.

Para Kliksberg, (2010, p.308), o capital social se apóia no desenvolvimento cultural da sociedade, uma vez que “sem um ‘Terreno cultural’ cultivado de modo sistemático, a confiança, a associatividade, o civismo e os valores éticos não teriam como florescer”. Nesse aspecto, por meio do desenvolvimento cultural e fortalecimento de mecanismos de geração e ampliação de capital social na sociedade, abrem-se e ampliam-se as possibilidades de se construir novos vínculos entre ética e desenvolvimento, sobretudo de outra ética para a economia. Com relação ao entendimento da ética na sociedade e na economia, este pode vincular-se:

a ideia de qual é o sentido de nossa existência neste mundo, qual o sentido da vida, até onde deve ir uma sociedade organizada, como conseguir orientar uma economia no sentido de que ela crie as melhores condições para a harmonia social, para o desenvolvimento individual, para o amor (KLIKSBERG, 2010, p. 314).

As consequências da dissociação entre ética e economia levaram a uma situação de crescimento da desigualdade, com a proliferação de antivalores éticos que repercutiram em todas as dimensões do capital social, ampliando o individualismo e o consumismo por meio de uma ideologia economicista ortodoxa, também responsável pelo abandono da esfera cultural (KLIKSBERG, 2010). Para o mesmo autor, sem educação e valorização das expressões culturais não há formação de capital social, sendo esses os novos agentes na promoção do desenvolvimento.

Diante do elevado grau de deterioração, em alguns países houve uma série de protestos em nome da cidadania, altos níveis de insatisfação com o funcionamento do sistema democrático e reivindicações de mudanças profundas por parte de amplas maiorias, “mas as mudanças nas políticas econômica e social exigem, para que sejam sustentáveis, seu correlato no campo cultural. É preciso ativar o debate de idéias, a discussão sobre os valores éticos e as atitudes cidadãos”, uma vez que “em uma sociedade democrática, o debate cultural influencia fortemente as políticas econômica e social” (KLIKSBERG, 2010, p. 321).

Tal incorporação se dá por meio de uma luta política e afirmação de coletividades, na qual a formação de capital social por meio da cultura e da educação predispõe à formação de sociedades mais democráticas em todos os sentidos. Parafraseando uma das mais importantes conclusões de Putnan (2006, p. 194) de que “criar capital social não será fácil, mas é fundamental para fazer a democracia funcionar”; estende-se o raciocínio para os debates sobre o desenvolvimento no sentido de que incorporar o paradigma cultural nas questões relativas ao desenvolvimento não será fácil, mas é fundamental para transformar a sociedade atual.

Outro ponto de destaque deve ser o da contraposição da cultura como mercadoria e valorização da cultura como meio de instrução e troca de experiências, oportunidade criativa de regeneração e sobrevivência, que envolve a restauração de uma definição particular de necessidades, tanto de percepções como na prática, que fortalece formas de interação no tecido social que rompem com determinantes econômicos e recuperam formas independentes de viver (ESTEVA, 2000).

Na busca por respostas, essas discussões reafirmam a constatação de que não existe apenas um modelo econômico. Para Abromovay (2012), pensar as especificidades e potencialidades do tecido social de cada localidade, rompendo com processos de persistência estrutural e de dominação, torna-se imprescindível. Na mesma direção, Escobar (2005) destaca a importância do resgate de modelos culturalmente específicos de relação com a natureza e construção de ecossistemas, expondo as novas possibilidades para o desenvolvimento e para a ecologia política que se abrem por meio da valorização de racionalidades ecológicas alternativas.

Porém, é preciso ter cuidado para se evitar qualquer tipo de reducionismo, conforme salientado por Kliksberg (2010), como se fosse possível solucionar os problemas exclusivamente pela dimensão cultural. Não se trata de atribuir a essa dimensão os poderes “mágicos” outrora atribuídos à esfera econômica, mas de se buscar uma visão integrada de desenvolvimento que tenha como premissa a valorização da diversidade e a construção de outros meios possíveis para a sobrevivência da humanidade e sustentabilidade ambiental, com base na mudança dos valores centrais que guiam os discursos hegemônicos do desenvolvimento até então.

No quadro atual dos debates, um dos movimentos mais recentes que problematizam algumas dessas questões tem sido formulado por teóricos latino-

americanos como Arturo Escobar, Gustavo Esteva, Eduardo Gudynas, Alberto Acosta dentre outros, expoentes de uma visão crítica, construída com base na interpretação do pós-desenvolvimento como um campo de emancipação teórico-ideológica nas discussões e proposições acerca dos modelos de desenvolvimento, tornando visíveis as práticas das diferenças culturais e ecológicas que poderiam servir de base para alternativas.

As denúncias feitas por teóricos do pós-desenvolvimento a partir de uma crítica radical ao atual estado das relações de poder, dominação e exploração na América Latina, expõem que as promessas de bem-estar do desenvolvimento convencional não passaram de simples ilusões, resultando em um balanço negativo de sua aplicação e de suas bases conceituais, expressões práticas, instituições e formas de legitimação (GUDYNAS, 2014).

Em meio à existência de “desenvolvimentos alternativos”, que apesar de representarem uma crítica às visões mais ortodoxas do desenvolvimento, eles possuem uma limitada capacidade de mudança – principalmente porque os elementos medulares do desenvolvimento se organizam para incorporar os questionamentos, como nos casos conhecidos do Desenvolvimento Humano (PNUD) ou de algumas críticas ambientais mais recentes, que associam às novas modalidades de desenvolvimento sustentáveis uma reinterpretação da própria conservação econômica – destaca-se o aparecimento de análises mais críticas, colocadas como “alternativas ao desenvolvimento”, que buscam opções de mudanças que estão além das bases conceituais tradicionais, fundamentadas, sobretudo, no questionamento da linearidade da história, renúncia a fé no progresso, imposição cultural ocidental e separação entre sociedade e natureza; sendo a proposta do Bem Viver uma dessas alternativas (GUDYNAS, 2014).

O PARADIGMA CULTURAL A PARTIR DO BEM VIVER: POSSIBILIDADES E DESAFIOS

Das críticas que emergem ao modelo civilizatório ocidental e moderno (capitalista, competitivo, individualista, consumista e ambientalmente insustentável, dentre outras), têm ganhado legitimidade o resgate e a necessidade de outros modelos civilizatórios existentes e possíveis, como aqueles baseados em reflexões sobre povos e comunidades que conseguem viver em harmonia não só com o outro, mas com o seu

entorno e a natureza, a partir de outras lógicas de vida e princípios éticos que diferem do que até então se tenta reafirmar como único modelo civilizatório possível e desejado a partir da hegemonia capitalista.

La diversidad cultural y la diversidad biológica son irreductibles a la pretendida homogeneización del desarrollismo rampante, como lo han mostrado siglos de historia de las resistencias colectivas y es ahí, en la existencia misma de dichas diversidades donde se encuentran los núcleos más consistentes de la crítica al desarrollo “realmente existente”. En el momento actual, claro está, tales núcleos requieren ampliarse a partir de la construcción necesaria y simultánea de la autoorganización, la autogestión, la autonomía, la transparencia y la democracia, sin olvidar o dejar de lado por ningún motivo o pretexto, los sentimientos, la espiritualidad y las cosmovisiones de los pueblos (ARGUETA, 2015, p. 152).

Nesse sentido, aportes advindos dos povos indígenas, afrodescendentes e de outras comunidades tradicionais têm ganhado relevância no debate acadêmico e político, no qual se destaca o protagonismo da visão do Bem Viver. Apesar da pluralidade de entendimentos e sensibilidades que envolvem o Bem Viver, Gudynas (2014) coloca que é mais apropriado concebê-lo como uma plataforma compartilhada de crítica ao desenvolvimento convencional e seus fundamentos modernos, reconhecido como um espaço plural, que se configura tanto pela diversidade de saberes quanto pela interculturalidade, valorização dos povos indígenas e de outras formas de ver o mundo.

O Bem Viver enquanto proposta congrega um esforço de produzir um diálogo epistêmico que se desdobra em um horizonte imaginativo e criativo para, no exercício da crítica e da controvérsia, pensar as contradições e o poder da experiência social de acordo com a produção nos lugares particulares dos movimentos e dos sujeitos sociais, dando um peso fundamental à especificidade cultural dos grandes grupos sociais periféricos, com reflexões relevantes no sul da Amazônia e região Andina, mas também presentes no resto do continente latino-americano (ACOSTA, 2014), tendo como centralidade reflexões, conhecimentos, sensibilidades e práticas sobre o que se considera uma “boa vida” a partir da utopia de povos indígenas, que não incluem idéias

análogas a desenvolvimento ou progresso, nem estão restritas ao consumo material (GUDYNAS, 2014).

Tendo como essência a filosofia indígena de vida dessa região em harmonia com os seres humanos, com a natureza e em comunidade, na qual o bem coletivo e comum se sobrepõem à lógica individualista e excludente, o Bem Viver representa uma abordagem holística, com diversos elementos e ações que se integram a partir de conhecimentos e códigos de conduta ética e espiritual na relação com o meio ambiente, valores humanos, visão de futuro, entre outros, inspirado em comunidades que não foram totalmente absorvidas pela modernidade capitalista ou que resolveram ficar de fora dela, mesmo com os processos de exploração e repressão colonial, afirmando-se como um conjunto de práticas de resistência ao colonialismo e suas sequelas, na qual o desenvolvimento convencional é visto como uma imposição cultural e colonial, herdeira do conhecimento ocidental, sendo uma de suas tarefas a de contribuir para um processo de descolonização intelectual para descolonizar a economia, a política e a sociedade (ACOSTA, 2014).

Para além da multiculturalidade difundida sob o viés neoliberal e global dominante para controlar conflitos e possibilitar condições de estabilidade que impulsionam o modelo de acumulação capitalista a partir da tolerância entre as culturas, é o conceito de interculturalidade que se destaca nessa perspectiva, adquirindo, para muitos autores, um papel “que deber ser crítico, central y prospectivo en todas las instituciones sociales permitiendo la reconstrucción de estructuras, sistemas y procesos que confronten las desigualdades existentes en los intercambios culturales dentro de una sociedad” (KRAINER *et al*, 2012, p.283) a partir de uma visão mais integrativa e não apenas de reconhecimento das diferenças de forma superficial e por meio de uma aparente pacificação.

Para Walsh (2009, p.232), na relação entre a tríade interculturalidade, decolonialidade e Bem Viver, a interculturalidade, assume um significado, particularmente no Equador, ligado as geopolíticas do lugar e do espaço entrelaçadas nas lutas históricas e atuais dos povos indígenas e negros, e de suas aspirações a um projeto de sociedade que aponta para a transformação política, econômica, social, cultural e colonial, que “marca formas distintas de pensar, actuar y vivir con relación a

los patrones del poder que la modernidad y la colonialidad han instalado”. Nesse sentido:

He ahí la urgencia de la interculturalidad como proyecto de convergência y de buen vivir con miras hacia nuevos designios históricos y horizontes decoloniales. Un proyecto que implica y requiere la creación de condiciones radicalmente diferentes de existencia, de conocimiento, de poder y de vida, condiciones que podrían contribuir a la fabricación de sociedades realmente interculturales, en donde prevalezcan los valores de complementariedad, relacionalidad, reciprocidad y solidaridad. Donde la justicia, la libertad, la equidad, la igualdad y la democracia no sean palabras huecas sino acciones pedagógicas guiadas por la conciencia, por el compromiso, por la hermandad y la humanización (WALSH, 2009, p. 235).

Contrastando com os modelos lineares anteriores, ao reconhecer e enfrentar as assimetrias sociais, culturais, políticas, econômicas e institucionais, esse processo de crítica e ruptura procura recuperar a dimensão social e aprofundar a democracia e a cidadania, com valorização da equidade, participação, proteção da biodiversidade e dos recursos naturais, além do respeito pela diversidade étnico-cultural, entendidos como elementos chave dessa estrutura (WALSH, 2010), aproximando-se de seu potencial transformador e gerador de capital social na busca pelo bem comum.

Ao realizar uma crítica da história linear e de que o desenvolvimento se faz a partir de critérios pré-estabelecidos, independentemente do ponto de chegada, mas em uma determinada direção, tem-se o princípio da não-linearidade como motriz desse processo, no qual os modelos de desenvolvimento são construídos a partir de identidades do que é a “boa vida” coletivamente construída, com contribuições de distintos saberes indígenas, mas também de outros, fundamentais para sua composição no sentido de formar seus conceitos e sensibilidades (GUDYNAS, 2014).

Pode-se reconhecer que o que assegura o Bem Viver como alternativa ao desenvolvimento será justamente a manutenção de seus ideais e atributos de ruptura com características do desenvolvimento tradicional e da linearidade dos processos, incorporando a diversidade cultural como a essência de sua configuração. Entendido como um campo plural, no qual os movimentos que compartilham seus ideais não são idênticos entre si, valorizando-se os devidos ajustes que devem ser feitos a cada história, contexto cultural e marco ecológico (GUDYNAS, 2014), exalta a importância da

diversidade na construção de outros caminhos possíveis, baseada na pluralidade de alternativas e de seu enorme potencial.

Para Alcântara e Sampaio (2017, p. 240), embora apresentem um cunho filosófico utópico mais do que uma proposta de mudança concreta, as abordagens de desenvolvimento como o Bem Viver “demonstram, sem dúvida, uma possibilidade de resistência ao modo de vida questionável predominante da sociedade, propondo um novo arcabouço cultural, centrado no equilíbrio, bem-estar e sustentabilidade”, no qual seu sentido se aproxima de questões como espiritualidade, natureza, modos de vida e consumo, política e ética, configurando uma interdependência entre subjetividade e bem comum, e podendo contribuir para um conjunto de experiências que pensem alternativas às problemáticas ambientais, sociais e econômicas, sobretudo em nível territorial, o que aproxima a discussão do Bem Viver da valorização das experiências empíricas de comunidades e povoados ante os problemas e soluções em seu cotidiano, as chamadas ecossocioeconomias. Nesse sentido:

Refere-se a ecossocioeconomia territorial, na qual as iniciativas se entrelaçam, como arranjos produtivos, onde há eminência de uma ação extraterritorial, isto é, o agente territorial absorvendo os impactos de sua ação além do entorno espacial delimitado por fronteiras físicas, no sentido de acordos institucionais, pensados como acordos sociopolíticos e socioprodutivos de base territorial, de modo que gerem capital social (SAMPAIO, 2010 *apud* ALCÂNTARA; GRIMM, 2017, p. 127).

Assim, o Bem Viver como um conjunto de ideais que partiram dos países andinos, tem ganhado espaço e difusão, inclusive com afirmações e conquistas no plano político através de experiências práticas incorporadas às Constituições da Bolívia, em 2007; e do Equador, em 2008; que destacam dentre seus elementos centrais a plurinacionalidade, a interculturalidade, o bem-estar coletivo e a busca do Bem Viver na direção para se construir coletivamente uma nova proposta de ações com equilíbrio, justiça social e a partir de uma lógica sociobiocêntrica.

Cercado de problemas, inconsistências e contradições, mas também impulsionado pelas potencialidades, Walsh (2010) destaca que esse movimento de novos arranjos institucionais do desenvolvimento do ser humano centrado na América do Sul e, particularmente no Equador, deve ser cuidadosamente acompanhado, pois se

o resto do mundo considera esse caso esperançosamente como o desmantelamento das políticas neoliberais e a construção do desenvolvimento endógeno sob uma filosofia de vida radicalmente diferente, as políticas e práticas emergentes do dia a dia mostram que essa “revolução cidadã” ainda tem um longo caminho a percorrer, que pode incorrer ainda na sobreposição de uma interculturalidade funcional em detrimento de uma interculturalidade crítica.

Além desse alerta, aqui já foi colocado que a cooptação de determinados discursos a favor dos próprios interesses e domínios capitalistas podem ser facilmente conduzidos e disseminados, semelhante ao que ocorreu com o discurso do desenvolvimento humano ou do desenvolvimento sustentável nas questões ambientais nas últimas décadas, o que reforça a necessidade de vigilância para que não ocorra cooptação da visão do Bem Viver pelo discurso hegemônico eurocêntrico e capitalista, redobrando-se a atenção com a condução desses processos institucionais e sua apropriação mundo afora.

Por outro lado, é inegável que uma alternativa ao desenvolvimento que se fundamenta sobre os alicerces aqui apresentados inverte a lógica capitalista dominante e economicista vigente, uma vez que partem de bases outras que não o crescimento econômico como um fim em si mesmo e de forma linear; o consumo desenfreado para uma vida melhor ou com maior bem-estar individual como sinônimo de qualidade de vida e, a destruição da Natureza de forma acelerada e inconsequente como inevitável, o que tem nos conduzido, na verdade, para um caminho de “mal-estar” civilizatório. Como destacado por Escobar (2005, p. 81):

Se é verdade que as formas de pós-desenvolvimento, do não-capitalismo e de alter-natureza estão sob construção constantemente, existe uma esperança de que poderiam chegar a constituir novas bases para a existência e rearticulações significativas de subjetividade e alteridade em suas dimensões econômicas, culturais e ecológicas. [...] É necessário pensar acerca das transformações econômicas que poderiam transformar esse movimento numa virada esperançosa dos fatos na história social das culturas, das economias e das ecologias.

Apesar dos muitos desafios e dificuldades pela frente, o Bem Viver exemplifica, sob uma nova perspectiva ética e política nos debates sobre o desenvolvimento, que é

possível a partir de bases vinculadas ao paradigma cultural fazer emergir novas possibilidades, novas centralidades, conceitos, práticas e sentidos na busca por um mundo mais justo, harmônico e sustentável para todos. Com respeito à Natureza, aos direitos humanos e à diversidade, sem distinção, essa visão se fortalece e se amplia por meio da articulação entre capital social, fundamentado no interesse coletivo e bem comum, e de processos educativos e políticos vivificados pelos ideais democráticos e de cidadania.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A crise por que passa o desenvolvimento desperta para a urgente necessidade de se repensar seus conceitos, os efeitos de suas ações, seus agentes e, principalmente, seus paradigmas. Falar em desenvolvimento para promover de fato mudança social, qualidade de vida e sustentabilidade ambiental é mais do que desejado. O que se torna insustentável é a continuidade do “mito” do modelo de desenvolvimento imposto pelo discurso econômico capitalista de países hegemônicos que distribuiu ainda mais mazelas e desigualdades.

A emergência, em seu duplo sentido de fazer aparecer e da necessidade imediata, de plataformas políticas e de modelos teórico-ideológicos alternativos são um convite à ação teórica e política na produção de outra ética para o desenvolvimento, sendo a esfera da cultura uma de suas possibilidades. Conforme evidenciado, o debate cultural, quando incorporado ao plano político, é capaz de influenciar fortemente políticas econômicas e sociais através da formação de novas éticas para a sociedade e para a economia, com novos valores e novas consciências, potencializando a organização cívica, o ideal de coletividade, as aspirações e ações na direção de um mundo melhor.

Assim, no presente ensaio, buscou-se refletir sobre o paradigma cultural como alternativa na construção de outros caminhos para o desenvolvimento e como meio de se romper com processos de subordinação à hegemonia capitalista, restaurando dimensões como liberdade, confiança, participação, autonomia e respeito à natureza nos debates por meio da afirmação de diferenças culturais que irão produzir visões

próprias dos sentidos, significados e ações em nome de uma construção coletiva enunciada a partir da pluralidade de “desenvolvimentos” possíveis para a humanidade.

A partir do exposto, o paradigma cultural emerge como alternativa – sendo o Bem Viver um importante exemplo das várias possibilidades que se abrem – e reflete, no plano político, a necessidade de complexificar as interações e inter-relações entre as esferas econômica, social, ambiental e, sobretudo cultural, no sentido de ser por meio desta que se instaura uma nova ética para o desenvolvimento incrustada no tecido social, ou melhor, amplia-se o campo de “alternativas ao desenvolvimento”.

REFERÊNCIAS

ABROMOVAY, R. O mito do imaterial: economia verde não é o mesmo que crescimento verde. In: Abromovay, R. *Muito além da economia verde*. São Paulo: Ed. Abril, p. 77-128, 2012.

ACOSTA, A. El Buen Vivir, mas alla del desarrollo. In: RAMOS, G. C. D. (Org.) *Buena vida, buen vivir: imaginarios alternativos para el bien común de la humanidad*. México : UNAM, Centro de Investigaciones Interdisciplinarias en Ciencias y Humanidades, 2014, p. 21-60. Disponível em: http://209.177.156.169/libreria_cm/archivos/pdf_1508.pdf . Acesso em: 03 set, 2018.

ALCÂNTARA, L.; Sampaio, C. Bem Viver como paradigma de desenvolvimento: utopia ou alternativa possível? *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 40, 231-251, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v40i0.48566>.

ALCÂNTARA, L; Grimm, I. A Ecosocioeconomia e o Bem Viver na perspectiva do Urbano. *RELACult – Revista Latino-Americana de Estudos em Cultura e Sociedade*. V. 03, nº 02, 121-144, 2017. Doi: <http://dx.doi.org/10.23899/relacult.v3i2.450>.

ARGUETA, A. Sistemas de saberes ambientales, naturaleza y construcción del Bien vivir. *Desenvolvimento e Meio Ambiente*, 35, 147-159, 2015. Doi: <http://dx.doi.org/10.5380/dma.v35i0.43544>.

DIEGUES, A. Etnoconservação da Natureza: enfoques alternativos. In: Diegues, A. *Etnoconservação: novos rumos para a proteção da natureza nos trópicos*. São Paulo: Editora Hucitec, p. 01- 46, 2000.

ESCOBAR, A. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: Escobar, A. *A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas*. Buenos Aires: CLASCO, p. 69 -86, 2005.

ESTEVA, G. Desenvolvimento. In: Sachs, W. (Org.). *Dicionário do Desenvolvimento: guia para o conhecimento como poder*. Petrópolis: Editora Vozes, p.59 – 83, 2000.

GUDYNAS, E. El postdesarrollo como crítica y El Buen Vivir como alternativa. In: Ramos, G. (Coord.). *Buena Vida, buen vivir: imaginários alternativos para El bien común de la humanidad*. Mexico: UNAM, p. 61 -95, 2014.

HARVEY, D. *O Neoliberalismo – história e implicações*. São Paulo: Loyola, 2008.

KLIKSBERG, B. Por que a cultural é fundamental para o desenvolvimento? In: Sen, A; Kliksberg, B. (Orgs.). *As pessoas em primeiro lugar: a ética do desenvolvimento e os problemas do mundo globalizado*. São Paulo: Cia das Letras, p. 302 – 333, 2010.

KRAINER, A. et al. Educación intercultural y construcción de Sumak Kawsay In: Garcia, A.; Casanova, M. *Construyendo el Buen Vivir*. Cuenca, Equador: PYDLOS Ediciones, p. 275 -291, 2012.

LAYRARGES, P. Do ecodesenvolvimento ao desenvolvimento sustentável: evolução de um conceito. *Proposta*, 25 (71), 5-10, 1997.

PUTNAN, R. Capital Social e desempenho institucional. In: Putnan, R. *Comunidade e Democracia: a experiência da Itália Moderna*. 5ª.ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, p.173-194, 2006.

SACHS, I. *Ecodesenvolvimento: crescer sem destruir*. SP. Vértice, 1986.

SACHS, I. Desenvolvimento e Cultura. Desenvolvimento da Cultura. Cultura do Desenvolvimento. *Organizações & Sociedade*, v.12 - n.33, 2005. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistaoes/article/view/10782>.

STIGLITZ, J. *A globalização e seus malefícios: a promessa não - cumprida de benefícios globais*. São Paulo: Futura, p. 28-83, 2002.

WALSH, C. *Interculturalidad, Estado, Sociedad:Luchas (de)coloniales de nuestra época*. Quito:Universidad Andina Simón Bolívar / Ediciones Abya-Yala, 2009.

WALSH, C. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. *Development*, 53(1), 15-21, 2010. Doi: <https://doi.org/10.1057/dev.2009.93>.